

LULA NO PAN: Sindsep-DF apresenta reivindicações

A diretora do Sindsep-DF, Valda Eustáquia, conversou com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 13.07, horas antes da abertura dos Jogos Pan-americanos, no Rio de Janeiro. O encontro ocorreu casualmente, na entrada do hotel onde Lula se hospedou, em Copacabana, e foi acompanhado pelo também servidor público Jorge Ubirajara, da diretoria do Sintra-sef-RJ.

Valda se dirigiu ao presidente e pediu que ele cumpra os acordos

assumidos pelo governo com as diversas categorias de servidores e também que receba o Sindsep-DF. Expressou o choque da categoria quando ele declarou que “greve sem corte de ponto é férias” e pediu que ele retirasse a afirmação. “Se fazemos greve hoje é porque aprendemos com o Lula, esperamos que não tenha mais nenhum corte de ponto”, disse Valda.

Ela lembrou que os servidores ajudaram a elegê-lo e têm o direito de cobrar. Comentou sobre a importância do



■ 13.07: diretora do Sindsep pede a Lula que cumpra acordos assumidos com os servidores

plano de carreira dos servidores dos órgãos militares, principalmente do Hospital das Forças Armadas.

Lula disse que daria uma resposta e indagou a quem. Prontamente, lhe foi passado o telefone e e-mail do Sindsep-DF. Lula pediu para o sindicato protocolar uma solicitação de audiência na presidência. O Sindsep-DF já formulou

o pedido no qual expressa que a audiência também deve contar com a Condsef e a Central Úni-

ca dos Trabalhadores, que estão encaminhando as reivindicações gerais dos servidores.

Fundação Estatal-Privada (PLP 92/07): mais um projeto a ser derrubado

Ao lado das ONGs (Organizações Não-Governamentais), OCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), OSs (Organizações Sociais), a “fundação estatal de direito privado” é instrumento do Banco Mundial e FMI para destruir o serviço público e gratuito e desviar dinheiro do estado para mãos privadas. (leia na pág. 3)

15 de agosto
Marcha da CUT a Brasília

RETIRADA DO PLP 03!
MANUTENÇÃO DO VETO A EMENDAS

PELO CUMPRIMENTO DOS ACORDOS

SINDSEP-DF CUT

- * Plano de Carreira!
- * Recomposição Salarial!
- * Não ao PL das Fundações Estatais!
- * Retirada do PLP 01!
- * Manutenção do veto à Emenda 3!
- * Direito Irrestrito de Greve!
- * Negociação coletiva no setor público!
- * Previdência Pública para todos!
- * Educação Pública de qualidade!
- * Reforma Agrária!

Arraiá do Sindsep reúne 4 mil pessoas

Cerca de quatro mil pessoas participaram da terceira edição do Arraiá do Servidô, dia 13.07, para "Forrozar contra o PLP 01". A banda Forró Lunar animou a comemoração que também contou com a apresentação da quadrilha Triscou Queimou. Foram repassados informes das greves do Inbra, Ibama e Cultura, além da luta para barrar o PLP-01 e em defesa do direito irrestrito de greve.



■ 13.07: confraternização reúne servidores e familiares

Bacen

Adiada a solução para os dias de greve

Sob pressão das greves da Cultura, Inbra e do movimento do Ibama, todos com pendências em relação ao corte de ponto, o governo adiou para esta segunda-feira, dia 23.07, a reunião que estava marcada para o

dia 19.07 para discutir os dias de greve dos servidores do Banco Central.

Os servidores se mantêm firmes na posição de que os sete dias de salário que foram descontados em virtude da greve sejam

devolvidos pelo governo mediante a reposição do trabalho acumulado. O governo está ciente de que, conforme deliberação de todas as assembléias, não haverá acordo envolvendo o corte de ponto.

Anistiados

Processos estão parados no Planejamento

Os anistiados cobram o cumprimento do Decreto 6.077, publicado 10/04/2007 que determina o retorno ao trabalho. Até ago-

ra, nenhum anistiado foi chamado pelo Ministério do Planejamento. Somente a Conab, por exemplo, já encaminhou ao Planeja-

mento, desde o dia 20 de junho, 160 processos prontos para publicação dos nomes. O que esperam para revolver?

Aposentados

Orientações sobre contagem especial de tempo para aposentadoria

O Ministério do Planejamento emitiu orientação normativa que estabelece novas regras para contagem especial de aposentadoria para servidores que exerceram atividades insalubres, penosas e perigosas.

As normas se aplicam àqueles submetidos ao regime de Consolidação das

Leis de Trabalho (CLT) até a edição da Lei 8.112/90. A norma segue decisão emitida por um acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU). Diante do direito reconhecido, a Condsef recomenda ao servidor que se encaixa nessa situação que peça ao RH de seu órgão a recontagem de tempo para apo-

sentadoria. Em alguns casos, avalia a entidade, seria possível a redução de 40% nesse tempo. Aos que não foram alcançados pelo acórdão do TCU, é preciso aguardar a regulamentação do artigo 40 da Constituição Federal que trata da definição de critérios e requisitos para aposentadoria especial.

Assembléia de Aposentados e Pensionistas

07 de agosto - 14h - auditório do Sindsep-DF

Pauta: eleição de delegados para o Encontro Nacional dos Servidores Aposentados e Pensionistas (dias 12 e 13 de agosto - auditório da Condsef/Brasília).

Participe! A presença de todos é muito importante na discussão das questões gerais da categoria.

MDS

Servidores aguardam resposta da ministra interina

A ministra interina do Ministério do Desenvolvimento Social, Márcia Lopes, e a secretária-executiva adjunta, Arlete Sampaio, receberam uma comissão de servidores concursados do MDS, acompanhada de representantes da Condsef e do Sindsep-DF, no dia 25 de junho. Na ocasião, o governo assumiu o compromisso de criação de um Grupo de Trabalho (GT) paritário para discutir os seguintes pontos: plano de carreira; termo de referência do plano de saúde; política de Gestão de Pessoas; entre outros. O prazo de duas semanas que a direção do MDS pediu para informar sobre a instalação do GT já expirou. Na quinta-feira, haverá reunião dos servidores e o Sindsep para definir que providências serão tomadas.

MPlanejamento

Mobilização será mantida

A direção do Sindsep-DF continuará insistindo com a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento para que seja marcada segunda reunião com o secretário Duvanier Ferreira para tratar do Plano de Carreira e da extensão da GSISTE a todos os servidores do Planejamento. Enquanto isso, os servidores mantêm a mobilização.

MFazenda

Carreira fazendária

Em reunião, com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda e representantes dos órgãos vinculados, dia 19.07, foi definida a construção de uma carreira única para os fazendários. O Grupo de Trabalho já iniciou as dis-

cussões para adequar o plano de carreira. Na terça-feira, dia 24.07, haverá uma nova reunião para discutir a tabela de remuneração e a racionalização dos cargos (agrupar cargos com funções semelhantes).

MEC

Denúncias de assédio moral

O Sindsep-DF vai solicitar audiência com o ministro da Educação, Fernando Haddad, para pedir a apuração de indícios de assédio moral cometidos por chefias do órgão contra os servidores. De acordo com denúncias, os constrangimentos aos servidores vêm

acontecendo em toda a estrutura do MEC. Na ocasião, os servidores também querem entregar ao ministro uma pauta emergencial de reivindicações para tratar de questões relacionadas ao ponto eletrônico, plano de saúde e plano de carreira, entre outros.

Erramos: faltou um "s"

Na edição nº 244, cometemos um erro de revisão. Faltou um "s" na palavra "ataque" na manchete "Ataques aos direitos não passarão!"

A verdade sobre a “fundação estatal privada”

O novo Projeto de Lei Complementar, PLP 92/07, do governo Lula, regulamenta o inciso XIX do art. 37 da Constituição (Emenda Constitucional 19, de 1998) que é parte da contra-reforma administrativa de FHC-Bresser Pereira. A partir desta edição, o EG publica uma série de matérias para ajudar na luta contra mais esse ataque ao serviço público

■ O que é

Enviado ao Congresso em 13.07.07, o PLP 92/07, com apenas dois artigos, autoriza a criação de fundações privadas para atuar nas áreas de saúde (inclusive hospitais universitários), assistência social, cultura, esporte, ciência e tecnologia, meio ambiente, comunicação social, turismo nacional e previdência complementar do servidor público.

■ O que propõe o governo

Um hospital, um museu, um centro desportivo, uma área de preservação ambiental (e, brevemente, se esse projeto não for barrado, uma escola) são entregues para mãos privadas. O governo repassa prédios, máquinas, equipamentos e, também, verbas públicas, regularmente. O “gestor” vai completar suas receitas cobrando taxas, mensalidades e tarifas diretamente da população.

■ Direitos sociais anulados

O “conceito” que fundamenta a proposta é a eliminação de direitos sociais da população em nome da “redução do estado” ou do “estado mínimo”. O acesso público e gratuito à saúde, cultura, práticas desportivas, deixa de ser um direito de todo cidadão, garantido pelo estado, além de passar a ser cobrado.

■ Origem

Esse “modelo” foi ditado pelo Banco Mundial e FMI. Ainda durante o governo FHC, em 1998, o Planejamento formou comissões

para discutir “contratos de gestão” e “revisão dos estatutos jurídicos de entidades” do setor público. Agora, isso foi desengavetado pelo governo Lula.

■ Conseqüências para o servidor (1)

A contratação é pela CLT, sem estabilidade. O trabalhador não será mais servidor do estado, ele passa a ser empregado do governo de plantão, ou seja, fica mais facilmente exposto a pressões da baixa política. Não é difícil imaginar as conseqüências no que diz respeito a desmandos e desvios.

■ Conseqüências para o servidor (2)

Divisão. Entra em cena, novamente, a funesta idéia de separar o que seriam atividades “típicas de Estado” (fiscalização, arrecadação, polícia, justiça) daquelas em que pode haver “concorrência com o setor privado”. Por trás do linguajar pretensamente moderno, o que há é a velha e conhecida privatização. Além disso, essas fundações também estarão isentas de pagar a parte patronal da previdência social. O resultado é mais desmonte da previdência pública.

Renovar a luta contra as “gratificações de desempenho”

Um dos eixos de toda a proposta das fundações estatais-privadas é a idéia de que a “avaliação de desempenho” seria a solução para todos os males. Como se o “desempenho” dos serviços públicos que a população necessita não dependessem da política que o governo aplica e, sobretudo, das verbas destinadas para as áreas sociais. Um exemplo: em 2006 foram sangrados 275 bilhões dos cofres públicos para

alimentar a especulação financeira enquanto toda a área de saúde e educação, juntas, consumiram somente 60,2 bilhões.

Nunca é demais lembrar: as “gratificações de desempenho”, além de individualizar o contrato de trabalho e quebrar a paridade ativo-aposentado, também abrem as portas para regulamentar demissões do serviço público por “insuficiência de desempenho”.

Depois do acidente: não à privatização da Infraero

O Sindsep-DF manifesta seu pesar pelo acidente que vitimou dezenas de pessoas em Congonhas, dia 17.07. Ninguém pode aceitar a exploração política de uma tragédia como essa. É mais uma razão para que receba a mais firme oposição o anúncio de que o governo pretende responder à situação com passos no sentido de privatizar a Infraero.

Intransigência do governo revolta servidores em greve

Não haverá proposta financeira enquanto persistir a greve. Essa é a posição intransigente que o Ministério do Planejamento adotou para “negociar” com os grevistas de todos os setores, entre eles Inbra e Cultura. As reuniões se sucedem, desgastantes, e o gover-

no não se move. Tenta-se impor aos servidores uma volta à situação de 2005-2006 quando greves foram suspensas em troca de compromissos de implantação dos planos de carreira.

A posição é contraditória com o discurso da quarta-feira, dia 18.07,

quando o mesmo governo se reuniu com a CUT, Condsef e demais entidades do funcionalismo, para discutir a ratificação da Convenção 151 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que trata da negociação coletiva no setor público.

A CUT vai exigir do

governo que recue das medidas de endurecimento com os servidores em greve e que estabeleça um real processo de negociação que permita avanços, apresentando propostas concretas aos grevistas. “Na contramão do que diz estar disposto a construir, o governo

coloca condições que não permitem a evolução das negociações. É absolutamente inaceitável essa reviravolta”, declarou Lúcia Reis, da direção executiva da CUT.

Nesta semana, assembleias do Inbra e Cultura avaliam a situação e adotam os próximos passos.

Cultura

Negociação emperrada

O governo também travou as negociações com os servidores do Ministério da Cultura. Na reunião de 19.07, o secretário de Recursos Humanos do MP, Duvanier Ferreira, afirmou que uma proposta remunera-

tória só será apresentada num prazo de 10 dias após a suspensão da greve. Os servidores tentaram arrancar o compromisso de que uma parcela da proposta a ser construída seja implantada ainda em 2007 mas o

governo afirmou que “é muito difícil, quase impossível e que essa discussão só vai ocorrer após a suspensão da greve”.

Para o governo, o único documento que pode sair antes do fim da greve é um “acordo” contendo: a) descrição do estágio das negociações (questões técnicas relativas a tabelas remuneratórias e gratificações já acordadas); b) prazo para apresentação de uma proposta; c) compromisso de negociar os dias parados.

A próxima reunião com o governo ocorre nesta segunda-feira, às 15h.



■ 19.07: vigília da Cultura durante reunião no Planejamento

Inbra

Governo ameaça manter o corte de ponto

Em reunião dia 20.07, o secretário de Recursos Humanos do MP, Duvanier Ferreira, declarou que a suspensão do desconto dos

dias de greve está condicionada ao fim do movimento e não mais enquanto “o processo de negociação estiver fluindo

dentro de um ambiente favorável”.

O governo também anunciou que não abre mão de impor uma remuneração que, além do Vencimento Básico, tenha uma “gratificação de desempenho” que deve ser calculada pelo valor do ponto. Para a construção de uma proposta completa (incluindo os valores do salário) o governo propôs um prazo de 20 dias após a suspensão da greve. Nesta terça-feira, haverá nova reunião.



■ SRH endurece discurso com servidores do Inbra

Ibama

Reuniões discutem corte dos salários

No dia 20.07, representantes dos servidores do Ibama se reuniram com o coordenador-geral de Negociação e Relações Sindicais da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Idel Profeta, para tratar do corte de ponto.

Em seguida, os servidores se reuniram com as direções do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Ibama e questionaram a decisão de descontar os dias parados estando em curso o processo de negociação. Ficou acordado que as entidades apresentarão uma proposta de termo de compromisso a ser assinado entre as partes para a não efetivação do corte de ponto referente aos meses de junho e julho e à negociação da restituição relativa aos 17 dias do mês de maio.

Nesta segunda-feira, dia

23.07, às 9h30, ocorre assembleia no auditório 1 da sede do Ibama. Em pauta: informes sobre as negociações com o MP e MMA; corte do ponto; e acordos entre o movimento grevista e o MMA.

Greve suspensa

Após 65 dias, os servidores do Ibama decidiram suspender a greve, iniciada em 14 de maio, mas mantêm a mobilização nacional contra o desmonte do órgão. Em virtude da pressão do movimento, o Senado Federal entrou em recesso a partir do dia 18.07 sem votar o PLV 19/07 (MP 366/07), que divide o Ibama, pois o governo temia perder a votação.

Os servidores vão continuar com o trabalho de convencimento dos parlamentares contra o projeto diretamente nos seus estados de origem.



■ 17.07: servidores acompanham trabalhos antes do recesso